



## Câmara Municipal de Sesimbra

CONTRIBUINTE N.º 501144218

DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL  
RUA HELIODORO SALGADO, Nº 2 –  
ESPAÇO ATLÂNTICO  
2970 – 760 SESIMBRA  
EMAIL: fiscalizacao@cm-sesimbra.pt

EXMO SENHOR  
ARMÊNIO DIAS MARTINS BERNARDINO  
RUA DOS CASAIS RICOS, N.º 10  
SAMPAIO  
2970-577 -SESIMBRA

Sua referência	Data	Nossa Referência	Data
		N.º16429	13/12/2023
		PO:163/2010	
		Class: 200.01.10 Detecção de Ilegalidade	
		Pr: 2023/OF-NRRFINM/263	

**ASSUNTO: Reposição da legalidade urbanística - Rua José Maria Martins Bernardino - Almoinha - Sesimbra**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº1 do artigo 102.º e no artigo 102.ºA do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) fica Vossa Ex.<sup>a</sup> notificado do seguinte:

1. A fiscalização municipal detetou que na morada supra identificada, foram instaladas edificações, nomeadamente uma casa de madeira e dois contentores marítimos sem o respetivo licenciamento.

2. Após análise do processo pelo gestor de procedimento transmite-se o seguinte parecer:

*"Informa-se que o terreno com a matriz n.º 10 da seção N se localiza na UOPG 4 (Santana), em Espaço Urbano/Urbanizável U21 – Espaço Residencial e Espaço Agrícola.*

*De acordo com o processo de obras n.º 163/2010 encontram-se licenciadas várias construções com um total de 431,08m<sup>2</sup> de STP, contudo o terreno tem capacidade para 6.409,10m<sup>2</sup> de área de construção em Espaço Residencial.*

*Através da documentação disponível (fotografias) não é possível confirmar se os contentores marítimos se localizam em Espaço Urbano ou Espaço Agrícola, sendo que a parcela de terreno localizado em Espaço Agrícola tem uma capacidade construtiva de 13,65m<sup>2</sup>. Porém, tendo em conta a materialidade dos contentores, não me parece plausível a sua legalização.*

*Quanto à construção em madeira, a mesma foi edificada em data posterior a 2021, localiza-se em Espaço Agrícola, e tem uma área superior a 13,00m<sup>2</sup>, pelo que não será possível de legalizar, face ao PDM.*

*Face ao exposto, considera-se, não ser possível legalizar os contentores marítimos e a casa de madeira."*



SR  
Assunto: Ofício  
CMS/Geral-14/01

**SESIMBRA**



## Câmara Municipal de Sesimbra

3. Deste modo fica Vossa Ex<sup>a</sup> notificado para nos 30 dias seguintes, à presente notificação, proceder à reposição da legalidade urbanística.
4. Caso entenda necessário, pode solicitar junto da Divisão de Gestão Urbanística, mais informações.

Face ao exposto, e nos termos dos art.ºs 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, notifico V. Ex<sup>a</sup>a para, no prazo de 10 dias, se pronunciar por escrito, querendo, sobre todas as questões com interesse para a decisão, bem como requerer diligências complementares e/ou juntar documentos que entenda como relevantes.

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador do Pelouro

Dr. Nelson Pólvora



SR  
Assunto: Ufficio  
CMS/Geral-14/01

**SESIMBRA**